



Seminário de Pesquisa: Pensando a EJA no Centro-Oeste

Realização

- **Projeto 19** – O PROEJA indicando a reconfiguração do campo da Educação de Jovens e Adultos com qualificação profissional – desafios e possibilidades - Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos - PROEJA/CAPES/SETEC
- **Rede Goiana de Pesquisa em Educação de Jovens e Adultos e Formação Profissional** - Projeto de Pesquisa: Educação de Jovens e Adultos e formação profissional – desafios conceituais e relação com mundo do trabalho

Apoio: Fóruns de EJA da Região Centro Oeste

Local: Faculdade de Educação/UFG

Sala: 252

Data: 02 a 03/02/2010

Relatório Geral

A abertura do Seminário de Pesquisa: Pensando a EJA no Centro-Oeste, deu-se pela Professora Maria Margarida Machado (UFG), Professor Renato Hilário dos Reis (UnB) e Professora Mad'Ana Desirée Ribeiro de Castro (IFG) com a apresentação dos participantes. Margarida a seguir apresentou a pauta do Seminário e as pesquisas vinculadas ao Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos PROEJA/ CAPES/SETEC; o **Projeto 19** – O PROEJA indicando a reconfiguração do campo da Educação de Jovens e Adultos com qualificação profissional – desafios e possibilidades; e a **Rede Goiana de Pesquisa em Educação de Jovens e Adultos e Formação Profissional** – com o Projeto de Pesquisa: Educação de Jovens e Adultos e formação profissional – desafios conceituais e relação com mundo do trabalho, que estão financiando a realização deste Seminário.

Pela manhã, no dia 02/02/2010, ocorreu o relato de experiências de Proeja do Instituto Federal de Goiás, Instituto Federal Goiano, Seduc/GO, Instituto Federal do Mato Grosso e a Seduc/MT; e a tarde o relato de experiências de Proeja do Instituto Federal do Mato Grosso do Sul, Seduc/MS, Instituto Federal do DF, SEDF, Representante da Setec/MEC.

No dia 03/02/10 pela manhã a proposta é a discussão sobre Projetos para o Centro de Documentação e Referência em EJA e Educação Popular do Centro–Oeste, cuja idéia é escrevermos em parceria o desenho das pesquisas vinculadas ao projeto do Centro de Documentação. À tarde buscaremos encaminhamentos para a articulação das pautas da Agenda Territorial, EREJA, Centro de Documentação e Referência, e EJA e UAB.

Houve a sugestão de representantes dos Conselhos que buscássemos aproximar o ProJovem e o Proeja com a EJA no ensino fundamental e médio. Um representante das Escolas Técnicas, que também atua na educação à distância, também reivindicou que apareçam essas questões no debate. Ficou combinado que na apresentação das experiências hoje pela manhã e tarde já fossem apontadas as articulações entre o Proeja, ProJovem e a EJA em cada Estado.

RELATOS DAS EXPERIÊNCIAS DE PROEJA:

❖ **Instituto Federal de Goiás – Jacqueline Maria Barbosa Vitorette** (pela Coordenação do Programa de Educação Profissional Integrado a Educação de Jovens e Adultos e Ações Inclusivas – PROEJA –IFG; Pró-Reitoria de Ensino do IFG) reporta ao Documento Base do Proeja. Começaram com o Proeja no CEFET-GO em 2006 com a Proposta do Curso Técnico Integrado em Serviços de Alimentação e agora estão adequando o nome do curso ao catálogo das profissões regulamentadas para o ensino médio. O projeto do Curso Técnico Integrado em Serviços de Alimentação contempla como finalidades e princípios fundamentais: educação sólida e integrada; superação da dualidade: cultura geral x cultura técnica; formação de sujeito crítico, autônomo e transformador da realidade circundante; trabalho como princípio educativo; pesquisa como elemento de formação continuada de alunos e professores; interdisciplinaridade e contextualização.

O Curso Técnico Integrado em Serviços de Alimentação Proeja - IFG-GO encontra-se divulgado no portal dos Fóruns de EJA www.forumeja.org.br/pf. O curso é organizado por 4 eixos temáticos, a saber: trabalho, cultura e alimentação; conhecimento, tecnologia e alimentação; sujeito, desenvolvimento e responsabilidade sócio-ambiental; serviços de alimentação e mercado x gestão alternativa de trabalho e renda. O eixo gestão alternativa de trabalho e renda ainda não conseguiram desenvolver sistematicamente como previam inicialmente.

No que se refere ao perfil dos alunos do Proeja – IFG, por meio de uma bolsa de iniciação científica do CEFET-GO, realizaram a tabulação de dados referentes aos educandos do Curso Técnico Integrado em Serviços de Alimentação na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), o que apontou que 71% são do sexo feminino e a faixa etária prevalente (65%) está entre 19 e 40 anos, sendo que destes 41% entre 19 e 29 anos e 24% entre 30 e 40 anos e 35% entre 41 e 51 anos. Quanto ao setor onde moram, a maioria reside na periferia; a renda familiar do público atingido está em sua maioria (76%) entre 1 e 3 salários mínimos (SM), sendo que 47% destes atingem entre 1 e 2 SM; e a maioria dos educandos saiu da escola devido ao trabalho e o que os levou a retornar à escola é a busca de qualificação profissional e a ampliação de conhecimentos. Quanto à ocupação a maioria encontra-se desempregada.

O processo seletivo, inicialmente era aos 17 anos, mas com as discussões no Fórum de EJA mudou-se em 2009 para o ingresso aos 18 anos. O ingresso dos alunos é semestral e tem como requisito a conclusão do Ensino Fundamental. A inscrição é gratuita e a seleção atualmente é feita em três etapas: palestra, sorteio e entrevista. As duas primeiras turmas foram apenas por sorteio.

Nas duas últimas turmas o processo seletivo de julho/2007, contou com chamada pública para completar vagas e em janeiro/2008 houve sorteio, palestra, entrevista (nº inscrições em torno de 300 candidatos para 30 vagas, ou seja, quase 10 candidatos por vaga). Já no processo seletivo de 2008/2 tivemos 266 inscrições. Esta procura é resultado do esforço do coletivo de professores, alunos, maior divulgação, da participação no Fórum Goiano de EJA, Nupec-UFG, Pesquisa UFG/ UnB/UCG/CEFET-GO.

Nas visitas da SETEC têm buscado adequar algumas questões: preocupação e esforço em pensar um horário a partir das 19 h e de recebê-los sempre, pois sabemos das dificuldades que enfrentam de sair do trabalho e chegar no horário na escola. No IFG buscam promover um aprendizado dos jovens e adultos numa perspectiva crítico-transformadora. Têm investido na Capacitação do corpo docente, na produção de material didático adequado aos sujeitos do Proeja e de qualidade; lutam por uma ótima infra-estrutura do curso, currículos que atendem aos interesses dos alunos e por uma formação para o mundo do trabalho e a avaliação é qualitativa.

Estão com os 8 cursos: Técnico em cozinha (serviços de alimentação) – (Goiânia); Técnico em Edificações – (Jataí); Técnico em Manutenção e Suporte em Informática (Uruaçu; Inhumas, Luziânia e Formosa); Técnico em Transporte de Carga (Anápolis); e Técnico em mecânica (Luziânia). Em Jataí tiveram vários problemas e grande evasão. Lá pensaram um curso inicialmente do mini-engenheiro, e hoje estão em processo de adequação, pois a clientela é de pedreiros... e adequar os cursos que eram de 4 anos para 3 anos e meio no Proeja. Discussões sobre alguns desafios como educação integrada; a economia solidária têm sido permanentes. É uma pequena equipe que tem buscado agregar mais pessoas, mas a resistência tem sido grande no interior do IFG.

Projetos desenvolvidos e em construção:

❖ 2007 a 2010 - Projeto: O Proeja indicando a reconfiguração do campo da Educação de Jovens e Adultos com qualificação profissional – desafios e possibilidades, UFG/UCG/UnB/CEFET-GO; Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos – Proeja CAPES/SETEC.

❖ Subprojeto1: A constituição da Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – as experiências do PROEJA em Goiás.

❖ 2007 - Projeto Nupec-UFG e Engenharia Civil (CIEENG)(Engenharia no ensino médio) UFG FINEP – O ensino de ciências para a conservação de recursos naturais e o ambiente construído.

❖ Co execução CEFET-GO - Projeto: A construção de um Biodigestor e Biodecompositor Doméstico: uma proposta em construção para o Curso Técnico Integrado em Serviços de Alimentação PROEJA - na perspectiva da economia solidária.

❖ 2007 à jul/2008 Projeto PIBIT-CEFET-GO, CNPq – TICs Orientadora Mad'Ana Desireé Ribeiro de Castro e Co-Orientação Dagmar Borges da Silva e a aluna de iniciação científica Késia Gomes Bandeira Gonçalves do Curso Técnico Integrado em Serviços de Alimentação na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja –CEFET-GO.

❖ www.forumeja.org.br/pf

❖ 2008 - Projeto Incrementar o Programa de Educação de Jovens e Adultos - Proeja do CEFET-GO unidade Goiânia-Setec

❖ 2008 - I Seminário De Pesquisa: Desafios da Integração entre Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional.

❖ Especialização Proeja: Atuação na elaboração, implementação e desenvolvimento do curso de Especialização do Proeja (SETEC/MEC) em parceria com a Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, com nº de 03 turmas nas unidades descentralizadas de Jataí, CEFET-GO e Faculdade de Educação, cujo público participante foi: professores e gestores do CEFET-GO, da Rede Municipal de Educação e da Rede Estadual de Educação, totalizando 100 participantes.

❖ Capacitação Proeja: 2008 a 2009 três turmas. Campus de Goiânia; Inhumas e Jataí.

Possibilidades a serem implementadas: de se construir uma gestão democrática; superar nossa formação cartesiana; trabalhar de forma coletiva; conhecer os sujeitos da EJA para realizar um curso adequado a eles; compreender as finalidades e princípios do curso técnico integrado; desenvolver uma metodologia apropriada para desenvolver o processo de ensino e aprendizagem dos educandos da EJA com qualidade; garantir a escola pública, gratuita e de qualidade (única possibilidade de se garantir o DIREITO À EDUCAÇÃO). Esta é a nossa luta constante por uma escola pública, gratuita e de qualidade.

Jaqueline considera que o Proeja perdeu bastante com a mudança no Decreto nº 5.840 de 30/jul/2006 que previa no §1º “As instituições referidas no caput disponibilizarão ao Proeja, em 2006, no mínimo dez por cento do total das vagas de ingresso da instituição, tomando como referência o quantitativo de matrículas do ano anterior, ampliando essa oferta a partir do ano de 2007” e que retirou o percentual de atendimento ao público jovem e adulto do Proeja.

Mad'Ana acrescentou que conseguiram colocar em todas os cursos de graduação em licenciatura no IFG-GO a disciplina de EJA, além de Letras/libras, Formação integrada e formação profissional; História da Técnica e da Tecnologia; Educação Afro-Brasileira. Estamos na coordenação do Proeja e na extensão está a coordenação do Proeja Formação Inicial e Continuada (Proeja FIC) e o Instituto que não abriu Proeja no nível médio, já está incluso no Plano de Trabalho a abertura do Proeja FIC.

❖ Instituto Federal Goiano - Ione Gomes Adriano

Fez uma trajetória do Proeja em Rio Verde desde 2006, quando tomou conhecimento do Proeja. Segundo ela em 2006, por força de Decreto, o Campus Rio Verde do Instituto Federal Goiano inicia a organização do Curso Proeja:

1º MOMENTO - realizaram uma reunião com Vice-Direção, Coordenadores dos Cursos de Gestão, Diretoria de Ensino Médio e Técnico. A decisão foi ofertar o Ensino Médio integrado aos Cursos Técnicos já existentes na Instituição. O motivo da escolha foi que os Cursos Técnicos estavam organizados, contando inclusive com Corpo docente. Para a efetivação do trabalho a Instituição contava com a cessão parcial de docentes da SEE para a formação geral.

Houve uma reunião e nela se pensou em trilhar o caminho do Proeja em que o aluno cursasse as disciplinas básicas e posteriormente optasse por um dos cursos já ofertados pelo Campus, para cursar as disciplinas da educação profissional (EP). Nessa reunião ficou clara a preocupação com laboratórios, pessoal...

2º MOMENTO – a Direção Geral expediu Portaria conjunta com a Secretária de Educação no Estado de Goiás, designando os membros para a elaboração do Projeto para o Curso: Diretora de Ensino Médio e Técnico; substituto da Diretora de Ensino Médio e Técnico; representante da Subsecretaria de Educação Representação em Rio Verde; um representante da Secretaria de Educação do Estado de Goiás.

3º MOMENTO - a Diretora de Ensino Médio e Técnico elabora Minuta de Projeto. Cuja referência bibliográfica era pautada nos Projetos de Curso Técnico já existente na Instituição; na Matriz Curricular utilizada pelo Estado de Goiás para o Ensino Médio; no Parecer do Conselho Federal de Educação que trata das Diretrizes Curriculares para a EJA.

4º MOMENTO – a Diretora de Ensino Médio e Técnico, representante da Subsecretaria reúnem-se, a Secretária de Educação do Estado de Goiás e outros representantes da Secretaria para análise do Projeto.

O projeto resultante previa uma parceria do IF de Goiás e a Seduc-GO em Rio Verde, as disciplinas do ensino médio ofertado pela SEE de Goiás, mais as disciplinas que já existiam nos planos de curso da EP. A essas disciplinas foi acrescentado o conselho de classe, instituído um líder de classe e um pré-conselho (realizado entre alunos e professores de cada turma). Após a as disciplinas de formação geral, os alunos fariam opção por um dos Cursos Técnicos ofertados pela Instituição. E a Matriz Curricular seria composta de disciplinas do Curso Técnico de opção do aluno. Caso o aluno tivesse tempo disponível para cursar em dois períodos, terminaria o curso mais cedo. Após o Conselho de Classe, haveria atendimento individual ou coletivo por Pedagogo. Havia o registro de Projetos desenvolvidos por Professor. A seleção do aluno é por idade cronológica.

5º MOMENTO – em junho/2006 o Campus de Rio Verde ofertou 80 (oitenta) vagas, sendo 40 matutino e 40 noturno.

A maioria dos professores da educação básica no Proeja no IF Goiano em Rio Verde era cedida pelo estado, e muitos já tinham experiência em EJA. O trabalho é desenvolvido em forma de projetos interdisciplinares, os quais são registrados e divulgados. A carga horária é de 2400, com 160h de estágio curricular, e 40h de atividades extracurriculares.

Desvantagens do curso:

Após o quinto período, os alunos se dispersariam; os Professores do Ensino Técnico não foram envolvidos no Conselho de Classe visto que ainda não tinham trabalhado com os alunos; o curso recebeu crítica da SETEC de que o ensino não era integrado.

Ajustes sofridos pelo projeto

Em 2009 houve uma reformulação da base curricular do projeto anterior. Apresentaram para toda a comunidade o projeto do Proeja, incluindo todos os professores que seriam envolvidos, os quais definiram qual Proeja implantar – o Técnico em Alimentação e Alimentos; Técnico em Administração; e realizaram reuniões por área. Incluíram as disciplinas relações interpessoais, cooperativismo e informática; o Conselho de classe continuou da mesma forma, ou seja, uma vez por semana há uma hora de reforço em matemática e português, em que o aluno chega uma hora mais cedo. Há avaliação contínua, e no final de cada ano/semestre o conselho de classe, aponta que no semestre/ano seguinte ele terá o reforço, que tem dado grandes resultados.

A decisão a partir de 2010 é que faremos na 1ª semana o diagnóstico do nível de desenvolvimento do aluno em matemática e português e já iniciarão o reforço. A divulgação ocorre tanto no meio rural e urbano. O horário é pela manhã e a noite e o Curso Técnico de Alimentos é só à noite. Uma das desvantagens do projeto é que os alunos a partir o 5º período se dispersavam e para isso não ocorrer, a maioria dos alunos do Curso Noturno, como formaram vínculos e não queriam se dispersar, optou pelo Curso Técnico de Administração. A última turma de Administração se formará em julho/ 2011.

A organização da matriz curricular e ementas é realizada de forma coletiva, com

reuniões por área no primeiro momento e no segundo, apresentada ao grande grupo. O trabalho é dividido por eixos:

PROEJA TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO

Eixo I: Trabalho, Cultura e Administração;

Eixo II: Conhecimento, Tecnologia e Administração;

Eixo III: Gestão de Negócios e Responsabilidade Sócio-ambiental.

A avaliação é diagnóstica e contínua com aproveitamento de conhecimentos adquiridos, conforme a legislação e mediante requerimento: com comprovação de ter cursado a disciplina ou avaliação. A carga horária do curso é de 2.400 horas com estágio obrigatório de 160 horas e atividades complementares de 40 horas.

PROEJA TÉCNICO EM ALIMENTOS

Eixo I: Trabalho, Cultura e Alimentos

Eixo II: Alimentos, Ciência, Tecnologia e Responsabilidade Sócio-ambiental

Eixo III: Alimento, Gestão e Alternativas de Trabalho e Renda.

Também a avaliação é diagnóstica e contínua com aproveitamento de conhecimentos adquiridos, conforme a legislação e mediante requerimento: com comprovação de ter cursado a disciplina ou avaliação. A carga horária do curso é de 2.400 horas com estágio obrigatório de 160 horas e atividades complementares de 40 horas.

Em 2010 será implantado o Proeja Técnico em Agropecuária

❖ **Seduc/GO - Cremilda Martins**

Houve uma ruptura da Setec com a SEE, e na implantação do Proeja em Goiás, na proposta os alunos fariam a parte de formação geral pela Seduc (CEJA), de 2ª a 5ª feira, e na 6ª feira fariam a formação profissional (no CEPs) pela Setec-GO, e agora estamos reformulando esta experiência, iniciando uma experiência piloto, nos 7 CEJAs em GO e depois expandir a experiência. Nesse momento atenderemos o Proeja no CEJA Arco – Íris e Universitário em Goiânia, também em Anápolis, Catalão, Aragarças, Luziânia,

Celene da SEE informou que atuam com o Pró-Jovem Urbano e Pró-Jovem Campo e agora com o Proeja, e estão buscando articular todos estes programas. Inclusive a reflexão sobre o Proeja tem levado a repensar a EJA e o Pró-Jovem e vice-versa. Estão conseguindo nesse momento adquirir e produzir materiais didáticos. Têm algumas experiências, mas ainda estão iniciando nesta área. Parabeniza o IFG-GO pela inclusão da disciplina de EJA nas licenciaturas, pois percebem a dificuldade dos professores da EJA de articularem com esta modalidade.

❖ **Instituto Federal do Mato Grosso – Willian Silva de Paula**

Instituição é nova, de 2008, cujo Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) foi constituído a partir de 10 audiências nos campi (8 campi já em funcionamento), para ver o que iriam desenvolver e sistematizar as idéias no PDI. Em 2009, fizeram uma revisão dos projetos de curso, inclusive porque, muitos dos professores que atuam no Proeja fizeram o curso de Especialização em Proeja. No IFMT há resistências ao Proeja, porque estão acostumados a trabalhar com alunos que são da classe alta.

O Proeja FIC foi oferecido em Cuiabá como Projeto Piloto do MEC, pautado principalmente no princípio de que seja um Proeja inclusivo. Implantaram as entrevistas nas seleções para conhecer melhor os alunos. Um dos Proeja ofertado é o da Agropecuária, e nele estão se valendo da idéia da pedagogia da alternância, procurando inovar trabalhando desta forma: inclusive usando a experiência que os alunos já têm e o material didático está sendo produzido em forma de apostilas. Há uma outra turma de Proeja Agropecuária, com pequenos proprietários rurais e as aulas ocorrem à tarde. Outra coisa que tem ajudado nos cursos é a bolsa, que ajuda bastante a manutenção do aluno. Ainda que permaneça alguma evasão.

Estão com o Proeja integrado, com a preocupação de atender os 50%. Nos campos que têm internato estão buscando organizar de forma a manter os alunos ao longo do curso, inclusive com ônibus para o transporte.

Este momento em Goiânia é muito importante para a troca de experiências, sendo parceiros. Em 2008 foi a 4ª turma, por conta das parcerias com os municípios. Em 2008 tiveram turmas com 188 alunos, cuja divulgação tem ocorrido em parceria. O curso para formação dos professores tem ocorrido em parceria.

O Proeja FIC tem sido realizado em parceria com o Ensino Fundamental, em que a SME entra com a formação básica e o Instituto Federal com a formação profissional. Ainda têm uma preocupação em como certificar esse profissional. Não têm pesquisas e nem centro de pesquisa, porque têm apenas 2 doutores em educação e têm 8 outros com mestrado. É com a parceria com a SEE que também realizam a especialização na pós-graduação.

❖ **Seduc/MT - Alexandre Fagundes Cesário**

O Proeja nas Escolas Públicas da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso – SEDUC, conta com uma ação ligada diretamente à Gerência de Educação de Jovens e Adultos - GEJA-SEDUC/MT, com opção pela forma integrada da oferta em nossas unidades Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJAs). O início de implantação foi em 2009, nos 5 CEJAs já existentes, com formação de EJA diferenciada com áreas de conhecimento.

Os municípios, cursos e unidades ofertantes em 2009 são: Colider: Curso Técnico em Vendas; Cuiabá: Cursos Técnico em Secretariado e Serviços de Bar e Restaurante no CEJA Cesário Neto, Técnico em Administração no CEJA José de Mesquita; Juína: Técnico em Vendas no CEJA Alternativo; Várzea Grande: Técnico em Administração no CEJA Licínio Monteiro.

O número de alunos matriculados em 2009, nas 5 unidades foi de mais ou menos 480 alunos. Fizeram uma consulta se inserindo a EP, não estariam ferindo as resoluções de EP, mas o MEC informou que não, por estarem pautados no Decreto, que previa uma carga horária mínima. O tempo do curso é de 3 anos, no formato integrado. No caso do Proeja que está ocorrendo nos CEJAs, os professores possuem em sua carga horária um tempo destinado para reuniões de planejamento semanal, que ocorre durante o Planejamento por Área de Conhecimento, entre os professores do Núcleo Comum e professores Técnicos. Os professores de EJA têm 30h, nela inclusa o momento de planejamento, mas os de EP depende da quantidade de turmas, incluindo em sua carga horária um momento para planejamento coletivo. A Matriz Curricular nos CEJAs está organizada por Área de Conhecimento de forma que as disciplinas técnicas se integrem à Área de Conhecimento que o aluno está cursando.

Fontes de recurso para a oferta do Proeja: a Fontes de recurso para a Oferta do Proeja: a principal fonte é o Programa Brasil Profissionalizado elaborado em 2008 por vários parceiros da Secretaria. O Par do Programa Brasil Profissionalizado no estado prevê: formação para professores, aquisição de Acervo Bibliográfico, infra – estrutura com construção (laboratórios) e/ou ampliação.

Para os próximos anos o Proeja na rede estadual está previsto: o Proeja Urbano a partir dos CEJAs e escolas de EJA; Proeja Campo – 2010; Proeja Indígena – 2011 e Proeja Quilombola.

O desafio é ir com o Proeja nas escolas de EJA, para além dos CEJAs (que são só 24). A primeira escola a ofertar o Proeja em São José dos 4 Marcos, Escola Miguel Barbosa, com o curso Técnico em Comércio está em implantação, com a base curricular disciplinar e não por área. Nesse sentido em 2010 está previsto o início para o CEJA Marechal Deodoro em Jaciara com o curso de Técnico em Vendas.

Principais Problemas: infraestrutura – falta de laboratórios (laboratórios específicos); falta de acervo bibliográfico especializado (inclusive de xerox); formação continuada de professores via Centro de Formação de Professores – CEFAPROs; evasão de aproximadamente 40%.

Crítica: a gerência de EJA ficou muito sozinha no estado. A estrutura do Proeja no estado foi pensada somente com os professores do núcleo comum e pouco foi realizado de aproximar da EP, e nela, os Institutos Federais de Educação. Também ainda está muito incipiente o trabalho com a Economia Solidária. Têm um trabalho com a educação do campo e indígena, mas ainda precisando de se fortalecer. Pretendem formar um grupo de discussão no estado que discuta Proeja, bem como um grupo de pesquisa.

Um desafio grande é trazer o Fórum para a discussão do Proeja no estado como um todo.

DEBATE

Financiamento – qual tem sido a relação entre o investimento no Proeja e o retorno para a sociedade?

Quais critérios para definição do curso – interesse dos educandos ou diálogo com empresas, secretarias de desenvolvimento local etc? -
Educandos – quantos são atendidos

Êxito dos alunos do Proeja

Evasão, o que é? Afastamento temporário e permanente (como fica?): se vocês têm e como têm se preocupado com esta questão? Se eles saem e voltam, como isso tem sido tratado?

No IFMT tiveram recurso para reforma de prédio (Campus São Vicente – MT) e aquisição de materiais. Inicialmente teriam aquele recurso e teriam que arcar com a continuidade da oferta do curso, tendo ou não recurso específico para isso. Quanto à oferta não teriam concurso, portanto a seleção do curso considerou os professores que já dispunham e mais as demandas da comunidade. Ainda ficam alunos sem entrar. O professor ter uma parte da carga horária para planejamento é muito importante. Há uma lei que permite que um professor de EP que não tem licenciatura possa receber

SEE-MT, estão seguindo a CH do catálogo de cursos técnicos, sempre seguindo o que a legislação define para os cursos profissionalizantes.

SEE-GO, o recurso veio do FNDE.

IFG-GO recebeu recursos de mais de meio milhão, as bolsas para os alunos... e houve coordenações que só estavam de olho nesse recurso. Não existe uma verba específica do MEC para Proeja, mas os alunos são computados como os demais da instituição. Em cada campus terão 60 professores e pensaram que a CH dos professores contemple o Proeja, e dos 90% que têm que atingir, com uma média de 20 alunos por professor, tentando atender os alunos e ampliar os cursos. Educação geral é sempre 1.200h, mais a EP – temos dificuldades para organizar um curso de 3 anos, e ser reconhecido pelo CREA.

Em Rio Verde receberam recursos do MEC e a procura maior é pela agropecuária. Quanto à evasão os alunos são orientados caso necessitem parar os estudos, a trancar a matrícula, retornando em até 2 anos. Tem ocorrido o trancamento em função de falta de trabalho, problemas de saúde... mas os alunos estão retornando. A CH das disciplinas é definida em reunião com os professores.

No IFMT têm procurado trabalhar com o reforço das áreas em que os alunos apresentam mais dificuldades, especialmente em português, matemática... e temos a preocupação em dar um reforço a esse aluno. O Proeja FIC foi o Campus Cuiabá que o implantou em 2005. A prefeitura arca com o horário em que o professor está ministrando as aulas no Campus, e precisa haver uma formação com esses professores para compreenderem que estão atuando com alunos de EJA. Os alunos concluintes são certificados pelas duas instituições.

Maria Luiza – Qual o conceito de educação? O que significa ser jovem ou adulto sem ensino fundamental? O que é trabalho? É mercado de trabalho ou mundo do trabalho? E aqui está inserida a Economia Solidária? O que é ciência? Discute matriz energética ou não? E a questão da tecnologia? Como os Conselhos de Educação de cada Estado estão compostos? São sensíveis ao Proeja ou não?

Margarida – Como se resolve institucionalmente quando se trabalha com duas unidades/ secretarias/ instituições? Em Goiás, não tem praticamente professores efetivos da EP contratados pela Setec, eles têm contrato temporário. A oferta seria de formação inicial e continuada e não um ensino técnico? Dizem que há uma outra demanda que seria de qualificação inicial, porque boa parte dos cursos que estão no catálogo tem um leque de qualificação e que o Proeja poderia se compreender como técnico ou de qualificação. No caso do Proeja FIC em parceria com o município, como fica a formação aproximada com o IFG-GO? E quanto à certificação? E quanto à formação de professores (inicial e continuada) temos verificado que uma disciplina de EJA na licenciatura não tem sido suficiente. E como tem sido o resultado das especializações em Proeja? Têm dado resultado? Quais?

Esse espaço da Economia Solidária (ES) discutindo com a EP e EJA para nós é muito importante, pois não vemos uma coisa descolada da outra, já que vemos a formação em ES colada na elevação de escolaridade do trabalhador. Ainda somos um programa e não conseguimos que em nossos cursos de formação as instituições de curso superior viessem atuar conosco nessa formação. Algumas instituições do Proeja que têm trabalhado com ES, muitas vezes não têm sido bem vistos, acolhidos e valorizados em seus trabalhos. No ano passado que

tivemos uma chamada pública para projetos em ES e as instituições de ensino superior que deveriam atuar com eles, não contamos com nenhuma no Centro Oeste que apresentasse o projeto.

IFG-GO estas são questões que temos procurado respostas. Percebemos que foi um campo muito tumultuado para a ampliação da rede. Não temos pessoal qualificado quanto à ES, bem como somos um número pequeno que tem abraçado o Proeja, a EJA etc. Temos buscado gerar a discussão a respeito destes conceitos. Temos ainda que descobrir formas de consolidar dentro da instituição e enquanto política pública esta questão da EJA com profissionalização.

IFGoiano-GO, em Rio Verde estão preparando o aluno para o mundo do trabalho, realizam a feira do empreendedorismo. Quanto à ES é desenvolvida na disciplina Cooperativismo. Para haver integração tem que haver a técnica e a ciência.

Geraldo Grossi - De modo geral na maioria dos conselhos, a escolha é independente da gestão partidária, são eleitos e há aqueles em que há uma lista tripla de nomes e um deles é escolhido. Há apenas um Conselho é que o nome é indicado, mas já estão com projeto para alterar essa questão. Na composição do catálogo os Conselhos Estaduais participam com representação nas equipes de elaboração (com 5 membros). Os conselhos estaduais apenas validam o que foi construído em âmbito nacional. Quanto à Seduc e Setec de MT, discutimos como seria a implantação do ensino médio no estado. Vários gestores mudaram de lá para cá. Há uma monografia feita, no Curso de Especialização do Proeja, que relata as dificuldades na implantação do Proeja. A Setec não vai supervisionar os cursos da Seduc em implantação.

Mad'Ana – Considero nesse momento ser fundamental a disciplina de EJA e o diálogo com as demais disciplinas sobre a EJA. O que faz uma política pública: ter recurso, infraestrutura, transformar um programa em política pública, ter financiamento orgânico, a formação de trabalhadores. Cada instituição se organizar organicamente para ter sua formação, concurso público com carreira, em que cada local/instância assuma sua responsabilidade em parceria (ex. os institutos fazerem suas opções, dialogar e fazer a formação de professores em EP do estado e do município). Temos que olhar, pois a maioria dos cursos de Proeja estão em âmbito de prestação de serviços (na relação custo benefício), pois são mais baratos. O que estamos dizendo que a EJA pode e o que não pode? Num país que está sofrendo um refluxo na industrialização e reafirmando sua intenção em exportação, que tipo de curso destinamos à EJA?

Formação inicial e continuada de recursos humanos (do professor), especialmente no nível superior. Uma questão que se coloca é o organismo financiador para aqueles que vão apresentar o projeto a ser financiado e garantir a continuidade. Como o assumir orgânico da instituição de ensino em dar continuidade ao trabalho, tendo ou não o financiamento federal.

A importância da democratização da instituição: é fundamental que a sociedade civil organizada esteja presente na organização do currículo. Assim, como vem se dando a formação dos currículos, não apenas na visão do empregador? Como setores da sociedade civil organizada estão fazendo

As escolas técnicas continuam existindo, e não têm discutido o Proeja nessas escolas. É Proeja ou apenas um agrupamento de propedêutico com EP. É preciso que se tenha um direcionamento do Proeja (2 anos? 3 anos? 4 anos?) sem uma uniformidade.

IFMT- Todos somos escolas técnicas. Há questões que são da legislação, mas há uma preocupação em pensar que somos Proeja e reorganizar nossos cursos.

IFG-GO – para abrir mais cursos, por ex. em Goiânia, precisam fechar cursos no interior da instituição, haja vista que não têm profissionais suficientes. Precisam de formação continuada e em serviço. Da forma que está ainda está muito sobrecarregado em pessoas e isso não pode, tem que se tornar política pública, já que as pessoas passam e a política pública permanece.

IFGoiano – Tem a revista eletrônica Vida de Ensino, no site:www.ifgoiano.br, e podem enviar artigos. Quando iniciaram o trabalho com o Proeja, a maioria dos professores era do Estado e hoje apenas 4, pois estão constituindo seu quadro.

SEE-MT os professores e a comunidade estiveram presentes na organização curricular. Sobre o currículo voltado para o mundo do trabalho é importante estudar sobre politecnia e tecnicismo; revisão da base curricular. Estamos em um momento de olhar o que fizemos, avaliar e rever para melhorar/corrigir e para isso temos de constituir um GT que se envolva na instituição.

12h - 14h

Almoço

14h - 16h

Experiências de PROEJA:

Instituto Federal do Mato Grosso do Sul –

❖ **Seduc/MS** – Roberval Angelo Furtado (Coordenador de Educação Profissional COEP/SUPED/SED-MS)

Um pouco de história... O PROEJA na Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul é um estado jovem e não houve oferta de EP até 3, 4 anos atrás. Até o ano passado não tinham Instituto Federal de Educação, Escolas Técnicas etc. tudo estava nas mãos da iniciativa privada.

Com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB Lei nº. 9.394/96, foi estabelecida uma nova configuração para a Educação Profissional, afirmando que esta deverá estar integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia.

Além disso, a LDB prevê em seu Artigo 36, § 2º que o *ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas*. No § 4º, do mesmo artigo... *A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional, poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional*.

Tais pressupostos reconhecem o Ensino Médio como uma etapa formativa em que o trabalho como princípio educativo permite evidenciar a relação entre o uso da ciência como força produtiva e a divisão social e técnica do trabalho. Segundo Frigotto, essa característica:

(...) remete a um compromisso da política educacional em possibilitar a preparação dos jovens para o exercício de profissões técnicas que, mesmo não garantindo o ingresso no mercado de trabalho, aproxima-o do mundo do trabalho com maior autonomia. (2006, p. 32).

Em 13 de julho de 2006, o Ministério da Educação editou o Decreto nº 5.840, que institui o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos.

Aderindo ao Programa, a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul assinou, em dezembro de 2006, Convênio com o Ministério da Educação, que possibilitou o início desta oferta em sua Rede Estadual de Ensino.

Para operacionalização do Programa, foram consideradas as reflexões e proposições acerca da integração curricular. Como não tinham nenhum curso anterior, acabaram aguardando e, assim, ao se elaborar o projeto integrado, as escolas pensaram em atender as necessidades não apenas laborais, mas também definiram sua identidade.

Em 2006 a SEE assinou o decreto e em 2007 começou a efetivar o convênio, após a assinatura, em 2007 com o Curso Técnico em Eventos e 2009 com o Curso Técnico em Comércio, e Curso Técnico em Eletrônica.

Ao longo de 2006 foram realizadas reuniões periódicas com a equipe técnico-pedagógica do Centro de Educação Profissional Ezequiel Ferreira Lima e da Escola Estadual de Educação Básica e Educação Profissional Pe. João Greiner que serviram de base aos projetos de curso:

- Técnico em Eventos integrado ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos – Eixo Tecnológico: Hospitalidade e Lazer – Educação Profissional Técnica de nível médio;
- Técnico em Eletrônica integrado ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos – Eixo Tecnológico: Controle e Processos Industriais – Educação Profissional Técnica de nível médio, e;
- Técnico em Comércio integrado ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos – Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios – Educação Profissional Técnica de nível médio.

Ainda contam com bastante evasão: aluno que começou a estudar e deixou o curso, o aluno do Proeja não recebe o passe escolar, enquanto o de ensino médio recebe.

A base curricular conta com CH maior que a prevista inicialmente. Os projetos estão todos em execução. Contam com as disciplinas que o catálogo prevê.

Quantidade de matrículas efetivadas

Município	Escola	Curso	Quantidade de alunos matriculados		
			2008	2009	2010 (previsão)
Campo Grande	Escola Estadual Pe. João Greiner	Comércio	-	56	35
	Centro de Educação Profissional Ezequiel Ferreira Lima	Eletrônica	0	40	35
		Eventos	0	44	35

Considerações:

Todos os projetos se encontram em execução, sendo realizadas visitas técnicas para acompanhamento e orientações. Para 2010, todos os projetos de curso foram reestruturados, de forma a corrigir e aprimorar os aspectos pedagógicos que não atendiam às necessidades dos estudantes.

- Integração curricular
- Carga horária / duração dos cursos
- Concepções: área técnica / pedagógica
- Planejamento docente
- Atendimento à legislação
- Evasão...

A Secretaria de Estado Educação de Mato Grosso do Sul, em parceria com Universidade Tecnológica Federal do Paraná, oferta Curso de Especialização para professores que atuam no PROEJA e na EJA na Rede Estadual de Ensino.

Com o Programa Brasil Profissionalizado, a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul ofertará os seguintes Cursos Técnicos de nível médio / PROEJA:

Curso Técnico	Município
Manutenção e Suporte em Informática	Campo Grande
Eletrônica	Dourados
Eletrotécnica	Maracajú
Açúcar e Álcool	Naviraí
Marketing	Nova Andradina
Informática	Paranaíba

Não tem professores concursados, são todos temporários, mas garantem o momento de planejamento coletivo.

Têm possibilidade de ampliar o Proeja fora deste recurso externo. Têm preocupação em atender a demanda com cursos que possam garantir aos alunos espaço para a busca de trabalho.

- rfurtado@sed.ms.gov.br, (67) 3318-2303, (67) 3318-2203

- ❖ **Instituto Federal do DF - Cristiane Jorge de Lima Bonfim** (Pró-Reitora de Ensino/IFB),
Cleide Lemes da Silva Cruz (Coord. Geral do PROEJA/IFB)

Fizeram o projeto para atender:

Ação	Atendimento
PROEJA FIC	150
Oficinas para formação de material didático	60
PROEJA Pós-Graduação	60

O nosso projeto para formação dos professores em nível de pós-graduação com a Secretaria de Ciência e Tecnologia - SECT (20) e 20 professores da Secretaria de Educação do Distrito Federal –SEDF, que estão atuando hoje no SSSPDF, CIAP 4, CIAGO, PFDF, CED 4 TAG, SEJUSDF Presídio.

O Instituto Federal é o gestor do projeto porque somente uma instituição pública federal poderia gerir o projeto. Na pós-graduação em Proeja estão com dois módulos executados.

Os desafios do Proeja FIC:

- Participação dos profissionais da SEDF, SECT e IFB;
- Execução dos recursos;
- Formação dos profissionais da Educação;
- Formação através de oficinas para produção de material didático, sendo que os professores que nele atuam é que produzem o material;
- Construção dos planos de curso integrados;
- Integração curricular com os cursos Proeja Técnico e FIC;

Os desafios do Proeja pós-graduação:

- Contribuir para que o PROEJA como política pública;
- Participação em seminários, colóquios, encontros, congressos e oficinas;
- Apresentação e publicação de artigos científicos;
- Implantação da linha de Pesquisa em PROEJA

O diálogo com a Secretaria tem sido muito bom, mas a temos pressionado e obtido respostas. As parcerias têm ocorrido envolvendo a SEDF, SECT, e UnB – Cooperação Técnica - Proeja Transarte. Estão enfrentando o desafio de construção de uma linha de pesquisa em Proeja.

❖ **SEDF – Lígia Gomide**

Iniciou sua fala remetendo ao Transarte e aos trabalhos desenvolvidos em parceria com a UnB, GTPA, SETEC e SEE. São os professores da SEE do DF que são cedidos para a SETEC para atuar no Proeja, e já iniciaram um processo de organização para manutenção de um quadro de professores efetivos na rede para garantir a continuidade do trabalho.

A Ciência e Tecnologia tem também o Proeja em EaD. São dois cursos oferecidos: Administração e Informática. Os tutores não são da Escola Técnica de Ceilândia, e precisam de muita mudança para que o Proeja continue. Hoje o Proeja funciona em Ceilândia, Planaltina, Taguatinga e no Pólo de acesso em Santa Maria. As provas são interdisciplinares e há projetos vivenciais.

Vídeos produzidos por alunos já se encontram postados no Transarte no You Tube, num trabalho de pesquisa-ação. Na EJA temos alunos diferenciados e que precisam ser respeitados. Um problema que temos é a necessidade de ajuda de custo para este aluno do Proeja. Têm tido uma boa interlocução com a Setec.

Temos visto uma juvenilização da EJA e o nosso grande desafio era como capturar

esse aluno e outro grande desafio na escola era seduzir o professor para este projeto, garantindo a continuidade do nosso aluno na EJA.

❖ **Representante da Setec/MEC – Julieta Borges Lemes**

Contexto: Adveio do Movimento Social, e desenvolve um projeto de pesquisa com o professor Renato Hilário. Considera que a grande dificuldade do Proeja se estabelecer em uma instituição já estabelecida está posta, mas o Proeja já começou a mexer na Instituição Federal como o IFG – fazer uma palestra e uma entrevista para seleção é fundamental - pois é uma instituição histórica. A Universidade não fez isso até hoje, por ex. há muitas pessoas que estão na Pedagogia e nela não querem atuar. É preciso conquistar também esse instituto. Essa mudança pode refletir muito em um curso técnico ou tecnológico. Um ex. no nordeste a licenciatura está fazendo monitoria no curso Técnico.

Proeja e Pró-Jovem, são diferentes. Não há as mesmas amarras: material didático; não é uma bolsa que é destinada aos alunos do Proeja, é uma ação de assistência ao aluno do Proeja e há a intenção dessa ação de assistência (que veio das visitas de inserção contributiva, que buscava não só supervisionar, mas contribuir para melhorar/superar os desafios/problemas de evasão). Para tanto buscaram ouvir os estudantes para encontrar respostas aos problemas vividos pelos alunos. Outro desafio é a construção pedagógica do curso, que necessita ser um curso para o aluno da EJA, e a ele direcionado. A assistência surge dessas visitas às escolas e dessa reivindicação dos educandos.

Há financiamento para manter o aluno ou não da EJA no Proeja. Nesse sentido, diminuiu o pagamento de professores e diminuiu a oferta de cursos. Nesse sentido estão avaliando se quem se envolveu na formação era ou não envolvido na EJA/Proeja.

Em 2007 havia três projetos pilotos: um em Cuiabá, outro em São Paulo e outro em Santa Catarina. Em 2009 houve uma pressão grande para o Proeja FIC. Abriram um edital via Rede Federal para desenvolver em parceria o Proeja FIC, não pagaram para fazer o censo.

Com relação à evasão é um trabalho muito rico para apreender as demandas e vivenciar a realidade. Estão tentando caminhos para viabilizar o trabalho.

O total de vagas ofertadas pela Rede Federal, cursos técnicos Proeja, no Centro-Oeste de 2006 a 2010 é de 3416 vagas.

Para o Proeja 2010:

- 1- Resolução das pendências orçamentárias de 2009. Especialização e Proeja FIC, que estão no Ofício Circular nº 01 de 13/01.
- 2- Fóruns Regionais de Pesquisa e Experiências do PROEJA - Ofício Circular nº 03 de 21/01, para trazer o que vem sendo vivenciado no Proeja.
- 3- Assistência ao Estudante R\$ 31.000,00 - 31000 estudantes da Rede Federal (Técnico e FIC).
- 4- Acompanhamento PROEJA Técnico e FIC.

Em relação aos Conselhos faltou entre outros aspectos um diálogo do MEC com os Conselhos.

DEBATE

Mad'Ana: Em relação aos Institutos Federais, é importante aparar algumas arestas como concepção de educação, currículo integrado, buscando uma ação focal e não apenas restrito a uma questão de infra-estrutura. Nos institutos a autonomia vivida é muito de uma educação de elite, endógena que impede a constituição de uma cultura de respeito ao direito à educação. Não tem uma estrutura de política de gestão para o Proeja: uma coordenação do Proeja no organograma dos IFs; a não existência de uma gestão democrática em relação ao Proeja. Em MT, principalmente no interior, caminha numa outra vertente de garantir a organicidade e integração do Proeja.

Willian: Qual o tempo de duração do contrato do professor?

Janaína: Qual o lugar do professor no Proeja? E quanto às condições de trabalho desse profissional? Isso não deveria ser considerado para garantir que o Proeja se transforme

em uma política pública? Se se quer sedimentar um trabalho enquanto política pública, que requer um tempo para consolidação, avaliação de um ou dois anos de experiência e alterações tão radicais não compromete sua possibilidade de tornar-se política pública? Em relação aos Conselhos de Educação (referindo-se à discussão ocorrida pela manhã), há, ainda, uma distância entre os CEEs e os CMEs. Os CEEs, por sua história, ainda têm respondido a algumas demandas apenas quando consultados, havendo uma ausência, uma passividade histórica, faltando-lhes uma perspectiva mais propositiva.

Maria Luiza: Com relação ao Centro-Oeste temos que ver que a população do DF era um pouquinho maior que do MS, enquanto que em GO, em MT dobrou e em GO triplicou. É importante vermos a quem interessa a EP? O Sistema S tem levado milhões dos recursos públicos para o setor privado. Temos que avançar e para que o Programa se constitua em Sistema, com política pública de Estado, direcionando recursos públicos para o setor público. Ou o Movimento Social e nós no campo do Movimento Social, Sindicatos, temos que levar a discussão dos trabalhadores no campo do trabalhador. Nós é que fazemos o perfil dos alunos e não os ouvimos. Que espaço de democracia e de trabalho coletivo no cotidiano fazemos? Ele tem envolvido também os alunos e nós trabalhadores na discussão do currículo, da cultura, da intersectorialidade nesses espaços?

Todo ano vemos o aluno que conclui e que tem um perfil de saída. Em relação aos Conselhos isso me preocupa: por que quando se refere ao setor público demora tanto, enquanto quando é da iniciativa privada as questões são rápidas. Para mim os conselheiros deveriam ser indicados pela sociedade civil.

Roberval – IFMT – fez um esclarecimento do porque a Pró-Reitora não poder estar no Seminário. Na parceria com a Setec, seja com o Brasil Profissionalizado, com os coordenadores da SEE, sabemos que temos de continuar fazendo e descobrir a forma. Os professores são contratados semestralmente, pelo mesmo sistema da educação básica, garantindo a continuidade do mesmo conosco. E estamos buscando a capacitação do profissional da área técnica. Há uma diferenciação entre Proeja e Brasil Profissionalizado. O Brasil Profissionalizado demanda a adesão das redes de ensino, fazer o diagnóstico, apresentar o município, o bairro, a região, a escola, com os dados no PAR, no sistema etc. Temos uma diminuição do ingresso dos alunos da EJA.

SECT – DF: O Programa Técnico EaD do DF buscou aumentar esse atendimento, e iria para mais 24 pólos, mas não o fez. E isso foi até bom porque o MEC sai desta ajuda e o DF teria que continuar com este atendimento. O MEC exige que o tutor seja formado nesta área, mas em função do valor da bolsa isso é muito difícil para um curso.

Setec-MEC: Provocação: Cadê o estudante inclusive em um encontro como este? Ministério público resolverá o problema? Um avanço da Secad foi a formulação da Agenda Territorial. Não é só o Proeja que anda, mas toda a EJA. Quando fazemos a implantação do Programa, temos várias aspectos a olhar: formação, infra-estrutura, material didático, acompanhamento e avaliação.

ETECO: surgiu com o Proeja.

Achamos que ainda não é hora de parar, pois se não houver financiamento não haverá formação. Não se muda o cenário, as cabeças em 3, 4 anos, mas no mínimo uma era. Quem não deu continuidade foi quem parou o programa de formação. Muitos estados tiveram uma diminuição da evasão no Proeja em função da bolsa. Não existe articulação na cabeça dos Ministérios. Por outro lado a questão de formar para o mundo do trabalho e formação cidadã, não dá para ser com uma carga horária mínima, pois isto é incoerente com uma formação crítica e de qualidade.

É importante fazer pesquisa e ver onde este aluno da EJA está. Inclusive muitos alunos do ensino regular estavam indo para EJA.

16h 30min

Reunião Preparatória do Encontro Regional de EJA – EREJA para fazermos uma articulação dos

Fóruns de EJA do Centro-Oeste.

Joílson - MT colocou que é importante dialogarmos sobre o EREJA. Até 2009 tivemos anualmente encontros nacionais, e desde 2005 vínhamos discutindo a importância de termos encontros regionais, decisão esta tomada no ENEJA de 2009. A região Centro-Oeste estava muito unida em função da articulação política, inclusive com a eleição da vice na CNAEJA. Na representatividade por região, o Centro-Oeste propôs que fossem 2 representantes por região. Os nossos Fóruns são abertos, sem estatuto, e demanda muita articulação. Janaina Cristina de Jesus e Joilson Gonçalo Ventura foram eleitos para representar a Região Centro Oeste.

Segundo Jane da Silva, coordenadora do Fórum de FEJA/MS, o Fórum tem um estatuto e é composto por representatividade, mas conta com dificuldades em ter representantes de professores e alunos, bem como dificuldades de ampliar a representação do Fórum e a participação das pessoas nas reuniões do mesmo. Para o EREJA ela e a Maria Joana da Seduc, Setec tem discutido que faz falta a presença dos movimentos sociais.

Alexandre Fagundes Cesário, atual coordenador do Fórum do MT assumiu em julho. O Fórum foi instituído desde 2001 e conta com representação dos Centros de EJA, Movimento Sindical e Sociais, Undime, Sistema S, Gestores municipais e estaduais, alunos, professores. Há 18 coordenações regionais a partir de 2008. Também são obrigados a participar das atividades regionais. Os delegados são retirados no encontro regional para ir para o estadual e deste são eleitos para o nacional. Os delegados são qualificados com sua participação nas bases. A programação vai para os encontros estaduais e nacionais e nesse ano é o programa do encontro regional que nos orientará na pauta do encontro estadual. Todo documento produzido tem que ser colocado no portal. Só de coordenação temos 70 pessoas. O nosso encontro no mínimo passará a ser de 350 pessoas.

Leila Maria informa que no DF são GTPA – Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização do DF. Reúnem enquanto pessoas que atuavam em determinadas instituições para atuar na alfabetização de jovens e adultos e com a EJA, a aproximação do ENEJA, passaram a Fórum e não quiseram perder a história como GTPA, passando a GTPA-Fórum EJA/DF. Em 2005 realizaram o VII ENEJA e 5º MOVA, a partir de então surgiu a ideia do portal dos Fóruns de EJA – Brasil. A partir de 2009 os ENEJAs passam a ser bianuais e entre eles serão realizados os EREJAs.

O Fórum Goiano de EJA, segundo Janaína Cristina, conta com a participação de Secretarias de Educação estadual e municipais; Universidades; IFG Conselhos de Educação da capital e municípios; Movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Goiás – Sintego; União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – Uncme-Goiás, mas ainda é um desafio a presença do segmento de educandos e educadores e do segmento de movimentos sociais. De 08 a 10/04 haverá o Encontro Estadual do Fórum Goiano de EJA.

Apresenta como certo ganho a legitimidade que o Fórum tem conquistado junto às instituições. Certa confiabilidade que o tem levado a ser um espaço de “escuta” e mobilização em torno de questões que, inclusive, extrapolam da EJA – a exemplo da perda de autonomia do CME de Senador Canedo, cidade vizinha à capital, cuja questão foi levada ao Fórum em busca de apoio e, ainda, a denúncia do processo de terceirização de merenda da Educação Infantil da capital. São exemplos da expectativa que se tem em relação ao posicionamento desse Fórum. Temos também uma dinâmica de “ir” até outros movimentos. Garantimos a discussão da EJA na pauta da Uncme Estadual, pela parceria, e fazemos parte do Fórum Municipal de Educação da capital e do Fórum Estadual de Educação de Goiás; espaços que julgamos importantes.

Um dos desafios é, a partir da escuta possível do Fórum, criar formas de chegar à comunidade que demanda a EJA: ter formas populares de chegada e, ao mesmo tempo, estatura de diálogo para buscar intervenção nas políticas públicas locais. Desafio também a consolidação da Agenda Territorial.

Como a gente articula no Fórum o Proeja, inclusive dentro das Universidades que não estão inclusas na Pesquisa CAPES. Essa grande articulação do Fórum com o Conselho Estadual até agora quem tem conseguido entre nós é só o Fórum de MT, pois a perspectiva não é só de participar das reuniões, mas ser um divulgador, uma entidade que assuma a responsabilidade também de ser promotora de ações da EJA.

A UAB veio para dizer que ambiente virtual veio para ficar. E essa questão tecnológica ainda está por apreendermos. A quem os cursos técnicos em EaD vai atender? A

quem não teve a possibilidade de ir ao ensino médio.

Nos Fóruns há o diálogo com os Movimentos Sociais? Em MS não há esse diálogo dos Movimentos com o Fórum e esse é um grande desafio, pois é de suma importância. O interesse nesse momento dos Movimentos Sociais (CUT, MST...) tem sido outro. A CUT esteve e agora se afastou, a Fetag está presente. É importante ir atrás pessoalmente.

Os movimentos só participam se houver interesses comuns e concordar com o que está sendo feito, especialmente são poucas as pessoas na luta e sua agenda é apertada. No MT conseguimos aprovar entre 30 e 40 educadores no PTA para fazer a formação e a interlocução com os Movimentos. E é preciso o Movimento perceber isso, inclusive de que há interlocução, que serão ouvidos, que há abertura para suas demandas, para que venha participar. O diálogo com os Movimentos Sociais precisa estar aberto constantemente.

Temas para o EREJA – proposta em construção: idade, certificação, Brasil Alfabetizado não ser compensação apenas, formação de professores.

03/02/2010 - 4ª feira

8h 30min - 12h

Informe de Maria Luiza Angelim sobre o site do Transarte, www.Proejatransartetube.cefetgo.br, onde encontra-se alojada a pesquisa inclusão digital e ciberarte: o caso do Projeto Proeja Transarte Tube.

No site www.forumeja.org/economiasolidaria você localiza as produções, feiras etc. No caso de realização de encontros, seminários poderíamos ver a possibilidade de acessar os produtos da rede de economia solidária.

❖ Discussão sobre Projetos para o Centro de Documentação e Referência em EJA e Educação Popular do Centro - Oeste.

Representante da Secad/MEC não compareceu.

Margarida inicia os trabalhos da manhã informando sobre a articulação para a criação dos espaços de memória, centros de referência da EJA e que o Rio de Janeiro seria o Estado que iniciaria esse trabalho. Inicialmente a proposta era de trabalharmos em um Centro junto com o norte e nordeste e posteriormente definiu-se por um trabalho regional. Margarida fez contato com as universidades (Universidade Federal de Goiás -UFG, Universidade de Brasília - UnB, Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, UFMS, UCG), institutos (IFG de Goiás e Goiano, IFDF), conselhos, secretarias de educação estaduais e municipais. E a idéia é recuperar o que tem sido feito na EJA e Educação Popular. Já foi realizada uma primeira conversa e um Seminário Virtual por webconferência com estas instituições.

Entrando no Portal dos Fóruns de EJA, encontramos entre outras coisas o acervo da Educação Popular com toda a pesquisa do professor Osmar Fávero sobre a década de 1930/60, contando inclusive com uma chamada dele sobre a importância deste material para a história da EJA e Educação Popular.

Margarida informou que o representante do MEC que viria dialogar conosco sobre a criação do Centro de Documentação e referência em EJA, não veio e não virá hoje, mas que nós temos de definir o que queremos com esta pesquisa e o Centro de Documentação. A UCG tem uma experiência muito boa da década de 1960, o Movimento de Educação de Base em Goiás. Audimar informou que a UCG atuará com a discussão da juventude na EJA.

Margarida apresentou uma versão do MEVEJA e do Museu Virtual da Educação em Goiás e chamou para a necessidade de envolver que passa também por recuperar o que existe, recriar... A nossa preocupação é não deixar na página de uma Faculdade/Universidade, e nem só ser um projeto de extensão, mas de pesquisa e extensão. A idéia da UFG é sentar com a PUC-Goiás e o Fórum Goiano de EJA e dar sentido ao que está no virtual, brigar por maior acesso a esses espaços. Até que ponto nós da EJA sabemos da importância e utilização desse espaço virtual. Temos de dar conta de ter o que acessar e garantir que as pessoas tenham acesso à tecnologia e poder conhecer o que nele existe para intervir etc. Esse projeto a gente quer que o recurso seja descentralizado e que cada instituição faça sua prestação de contas financeira. Há uma publicação no Diário Oficial, de 23/12/2009, a Lei nº 12.155 que fala sobre as bolsas de pesquisa e extensão "Art. 9º Fica o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE

autorizado a conceder bolsas para alunos e professores vinculados a projetos e programas de ensino e extensão voltados a populações indígenas, quilombolas e do campo.” e a EJA, segundo informações da Secad poderia estar contemplada dentro desta diversidade. Na EJA quem vinha atuando com mais intensidade até então na EJA eram os companheiros dos Fóruns das SMEs, etc. e que não tinham vínculo com a instituição, mas a resposta que tivemos é de que se eles fazem parte da equipe de pesquisa e extensão poderão receber.

Para a constituição do Centro de Documentação não tem recurso de capital. No ano passado quando foi descentralizado o recurso do Centro, também disseram que não tinha recurso de capital, mas depois encontraram outra forma. O material produzido pelo Osmar que foi alojado no Portal dos Fóruns deu uma perspectiva boa.

Julieta - Setec informou que há a necessidade de fazer a catalogação das monografias do Proeja e talvez esta seja uma alternativa, pois têm recurso de capital. Maria Luiza abordou que outra sugestão foi o contato com o grupo das estatais. Margarida informou que teríamos, segundo o Reitor, a UFG à disposição e alguma entrada no Centro de Documentação. Teríamos que ter um lugar para guardar os documentos que fossem doados. O Centro de Documentação seria da Região Centro-Oeste. Ainda temos uma disputa histórica por espaço. No Rio de Janeiro o acordo das instituições é que a UERG cederia uma casa para sediar o Centro de Documentação da EJA, mas vamos caminhando para disponibilizar muito do que conseguirmos on-line até que tenhamos este espaço.

Alberto Ribeiro (PUC-Goiás) afirmou que estão interessados em participar no projeto: ele, Aldimar, Janaína e que depois definirão a carga horária para atuar no mesmo. Segundo Margarida as federais seriam responsáveis pelo projeto, mas a articulação entre as Universidades seria uma construção do grupo de pesquisa.

Diane Valdez informou do Projeto de Fontes Históricas sobre a História da Educação em Goiás. Já foram levantados e recolheram as notícias sobre a educação em jornais (à época em Goiás havia 4 jornais) no século XIX em Goiás. Começaram com as fontes documentais: jornais, livros (o Barão fez um livro para a educação de adultos em 1819), livros literários, relatos de viajantes, discursos do Presidente da Província, lista de materiais que os professores solicitavam (ex. nesse local já existem 15 almas, o que justificava a necessidade de escolas), denúncias de/sobre professores, fotografias em situação escolar e algumas destas fontes já estão digitalizados. O projeto é uma parceria da Faculdade de Educação/UFG, UEG, Secretaria Municipal de Educação... Um ex. de museu é o de Portugal e outro é o de Minas Gerais; outro é o Centro de Referência Mário Covas. Quando trabalhamos com imagens tem que dizer o que é a imagem e de onde veio. Na Universidade de Chicago há muito material da educação no Brasil.

Segundo Margarida, é importante olharmos vários sites/museus para vermos a estrutura da página do documento.

Ártemis Augusta Mota Torres (UFMT) informa que tem por volta de 250 trabalhos na página do programa de pós-graduação da instituição. Não começaram nem a pensar o projeto do Centro de Referência, mas a parceria é grande. É um grupo grande que tem um trabalho de estudos de Educação Popular e de trabalho/experiências na área que poderão ser catalogadas/registradas etc. temos o Conselho Estadual que poderá fazer o trabalho de registro/divulgação dos documentos de EJA. Também contatamos a Unemat para ser parceira, a Incubadora em Cárcere. Precisamos ver o que será o objeto de pesquisa para vermos quem se envolve (por ex. o Instituto Pastoral de Pesquisa – IPEP).

Maria Clarisse Vieira (UnB) informa que se envolverão a Universidade (Faculdade de Educação) e os Movimentos Populares. Em Brasília temos uma história mais curta, com a construção de Brasília, e desde a sua criação a UnB esteve presente no movimento de alfabetização da década de 1960, sob a coordenação de Paulo Freire. Depois com o golpe veio o Mobral, na década de 1980 eclodem diversas iniciativas e movimentos de educação popular organizados por professores e estudantes, que impulsionaram a própria educação pública no Distrito Federal. Maria Luiza tem um acervo riquíssimo, inclusive com documentos da década de 1960, e pretendem recuperar, sistematizar e organizar o acúmulo da área, fortalecendo e movimentando o Movimento de Ação Social enquanto conhecimento e ação educativa. Lembramos, por exemplo de Paulo Rosas, Nilton Fisher, que se foram e muitas vezes levaram com eles parte da história. Vemos também o resgate pela história oral (reconstituir espaços de memória, ações de movimentos sociais e educação popular, memórias contemporâneas, inclusive indígenas etc.). Nessa plataforma do Fórum EJA que tem servido como suporte, e é

uma instância de pesquisa na graduação e pós-graduação. É um portal que está em movimento, um espaço que podemos catalogar as diversas ações da EJA e Educação Popular do país, sendo também espaço de interação. Na Revista DADIS, há uma experiência de uma casa sobre Osvaldo Cruz. Um desafio é a dificuldade das bolsas, como manter o Centro de Documentação e temos de lutar para ter um espaço físico dentro da universidade e termos pessoas qualificadas (arquivistas etc.), com uma infra-estrutura que conte com pessoas para atender e contar não apenas com bolsistas. A SECAD tem um papel indutor, mas temos de ter algo virtual e real que fique na instituição. E que o Centro de Documentação conte também com a presença forte dos Movimentos Sociais e que não esteja centrado em uma pessoa. Têm a intenção de que seja sediado na Ceilândia.

Maria Luiza Angelim informa que quando Paulo Freire assumiu o diafilme como tecnologia, era uma tecnologia de ponta e não algo retrógrado. O trabalho virtual veio para ficar e a educação à distância é um ambiente que dialoga com o real. Nessa interatividade da ferramenta vimos como um espaço político. Em 1998 fizemos um projeto com a Unesco e percebemos que já tínhamos 96 sites tratando de alfabetização e o virtual já estava lá. A nossa opção foi pelo software livre, descentralizada. E atrás de cada uma destas bandeiras no site está a articulação política de cada Fórum em seu estado. Ele não é um ambiente só de acesso, mas de interlocução e produção. Se é um Centro de documentação temos de ter um técnico em arquivologia, história, ciências da comunicação, em rede de comunicação, museologista. A digitalização hoje conduz a arquivos de segurança, a simples exposição de uma fotografia, a exposição aos flechas da fotografia diminui o tempo de sobrevivência do material e temos de pensar que há empresas que terceirizam este espaço de preservação real, pois podemos tomar os espaços das salas de aula trazendo materiais e mais materiais para as universidades.

Idinaura Aparecida Marques (UFMS) salienta que temos algumas experiências, mas ainda somos muito amadores nessa caminhada e nossa intenção é juntar as forças que estão dispersas (Católica e da Uemes). A idéia é de que como Centro de Referência, que é algo de excelência, que iria trabalhar nas dimensões da pesquisa, ensino e extensão. Não estamos pensando numa pesquisa, mas numa rede que reflita a adesão e um certo padrão de produção. É um projeto que trás a vontade de caminharmos, já discutimos com a nossa Pró-Reitora, mas ainda não vimos condições para um espaço real para arquivar material, especialmente xerocados que tem pouca vida útil, ou de materiais originais. Temos de ter um lugar sede e cada instituição com seus subprojetos e pesquisas estejam dispersos. A parte da pesquisa em si, que precisa de alguns serem mais rigorosos, e outros com bolsas. É preciso ver o que precisariam na coleta do material (com mais ou menos gastos), ver o quanto cada instituição precisaria, o material, os equipamentos e penso que talvez até fevereiro não teríamos condições reais para fechar um bom projeto. É um projeto que precisa ser amadurecido no seu foco, para não atirar para todos os lados e vermos o que temos. Inicialmente a Tidinha está propondo a década de 1970. Mas temos que fazer muitas definições. E a ideia é que, quando entra a Educação Popular no projeto, é um campo muito vasto e rico e não podemos apenas passar o rodo nisso. Por outro lado, quando entra a questão da EJA, a preocupação é pensar no processo de ensino aprendizagem que ainda não está resolvido, assim é uma função importante deste Centro de Documentação, que não pode ser delimitado em uma única direção, pois nisso constitui a riqueza do material. Em geral, para conseguir financiamento temos de delimitar bem o projeto. Penso que deveria ser um projeto para dez anos. E o importante é que sendo Centro de Referência não será posse de ninguém. Temos de pensar formas de adesão para este Centro de Referência, inclusive com pesquisa on-line e real para localizar e obter a doação de materiais dos nossos estados que se encontram em outros locais.

❖ **Economia Solidária**

Segundo Rosângela Carneiro Góes (Economia Solidária – MT) a educação para a Economia Solidária sempre foi uma bandeira de luta. A partir do documento que está no livro rosa foi aperfeiçoado o que víamos de educação e economia solidária.

Foi aberto um edital e a Escola Centro-Oeste de Formação da CUT – Apolônio de Carvalho ganhou para a criação do Centro de Formação em Economia Solidária da Região Centro-Oeste (CEFES-CO). A opção é que a sede do Centro não ficasse em Brasília, assim ficou em Goiânia. O lançamento do Centro ocorreu em 05 de março de 2009, na sede da Escola de

Formação da CUT Apolônio de Carvalho, com a presença do Professor Paul Singer e mais de 300 pessoas do movimento da economia solidária de toda a região. Compõe a equipe do CEFES-CO: Rosângela Carneiro Góes – Coordenadora Pedagógica, Rutiléia de Sá Arruda – Assessora Pedagógica, e Hélio Antonio da Silva – Assessor Administrativo

As atividades do Centro do ponto de vista pedagógico, previstas anualmente no CEFES-CO são: 02 reuniões regionais de articulação com carga horária mínima de 16h, para 20 participantes; 02 cursos regionais de formação de formadores em ES, com a carga horária de 40h, com 40 participantes; 01 seminário regional - PNQ Economia Solidária -, com carga horária de 24 h e 30 participantes; 08 reuniões estaduais de articulação, com carga horária de 16h, para 20 participantes (02 em cada Estado); 08 cursos estaduais de formação de formadores, com carga horária de 24h, para 40 participantes (02 em cada Estado); 20 oficinas locais de formação em economia solidária, com carga horária de 16h - 20 participantes (05 em cada Estado); e publicações de 1000 exemplares.

O aporte teórico é pautado em Oscar Hara e Elza Falkembach, trabalham com cartas pedagógicas.

Quanto às atividades desenvolvidas: reuniões do Conselho Giretor – constituídos por Sueli Veiga Melo – ECOCUT, e um representante do Fórum de Economia Solidária de cada Estado da Região Centro-Oeste - Paulo Henrique de Moraes (DF), Sebastiana Almire de Jesus (MS); Andréia Cristiane Nardi (MT), Altamiro José Alves Moreira (GO) (que atua na cooperativa de produção de pães da UCG), e Vera Serra Dourado (SENAES). As reuniões têm caráter deliberativo sobre a organização das atividades, planejamento, avaliação, etc; propositivo quanto à produção de material, e o cotidiano da equipe; e articulação com os FEES e demais instituições e movimentos.

As reuniões de articulação regional e estadual atuam como um espaço de planejamento coletivo, de avaliação, de articulação de parcerias, divulgação do CEFES, e difusão de material.

Os cursos regional e estaduais de Formação de Formadores têm por objetivo a formação de gestores, educadores de entidades de assessoria e apoio a economia solidária e integrantes de empreendimentos solidários que façam formação. Os cursos regionais têm 120 horas sendo realizado em dois módulos presenciais de 40 horas cada e um a distância de 40 horas. Os estaduais têm 72 horas divididas em três módulos de 24 horas cada, sendo um a distância.

Cada participante deve desenvolver na atividade inter módulo uma prática formativa que será apresentada nos dois módulos. Esta experiência tem contribuído com a prática formativa e com a capilarização das atividades do CFES e o material produzido nestas experiências poderá ser objeto de sistematizações. As oficinas e cursos têm favorecido bastante a capilarização da ES nos Estados. A mística nos cursos é muito importante. A equipe de coordenação gestora pensa os cursos e oficinas e há uma equipe que realiza. Há equipes de sistematização, oficinas...

Temos buscado fazer uma coletânea de materiais para fazer uma publicação e precisamos de uma Universidade Federal que se disponha a fazer o projeto para o edital para Economia Solidária.

Os cursos do CFES-CO são participativos e construídos coletivamente, com a contribuição de todos. A partir da concepção do aprender fazendo, vamos experienciando novas metodologias.

Há material teórico e básico para as oficinas (textos, coletâneas e materiais básicos). Oficinas com indígenas (com as três etnias Bororós, Xavantes e Umutina). As oficinas locais são de 16h no mínimo e tem buscado parcerias (e a Igreja tem sido uma parceira forte na ES).

As oficinas locais têm carga horária de 16 horas no mínimo. O público alvo são os empreendimentos; e podem advir da articulação de um fórum local, instituições ou organizações específicas, mobilização e formação inicial; e visam a formação mais específica de um empreendimento, como qualificação de produção, etc. Temos realizado oficinas em parceria, com prefeituras, outras organizações (FEES, feiras, RECID, caravanas, eventos culturais, etc.). Com as parcerias a carga horária tem aumentado, ou mesmo com a feira. A nossa meta é de atingir 20 oficinas ano, mas ultrapassamos em muito nossa meta, pois só em Goiás realizamos em 2009, 17 oficinas enquanto a meta era 5 por Estado. Muitas vezes a maior dificuldade nas oficinas é com a falta de escolarização dos sujeitos.

As sistematizações são vistas como fruto do registro da prática desenvolvida, podendo ser filmes, fotos, powerpoint, textos, cartas pedagógicas, registro de dinâmicas. Temos nos preocupado com a construção de um acervo de material de apoio a formação.

Foram feitos Seminários Regionais de Assistência Técnica em Economia Solidária, para discutir a proposição de políticas de assistência técnica que queríamos a partir da experiência dos empreendimentos e das organizações de assessoria. Do ponto de vista administrativo-financeiro os procedimentos executados foram: seleção de pessoal; alimentação; hospedagem; transporte; material de apoio; assessoria jurídica; assessoria contábil; assessoria em informática; locação de equipamento; horas técnicas. Procedimentos em andamento: serviços gráficos. Procedimentos não realizados: serviços de comunicação; serviços postais.

Foram executadas até agora: Meta I - Formação de formadores e educadores em economia solidária, com 100% da meta prevista; Meta II - Formação de agentes e lideranças em Economia Solidária, com 100% da meta prevista; Meta III - Constituição de núcleos de formadores e educadores em Economia solidária, com 100% da meta prevista; Meta IV - Formação de conselheiros de políticas públicas de Economia Solidária, com 100% da meta prevista; Meta V - Implementação e funcionamento do Centro de Formação em Economia Solidária do Centro Oeste, com 100% da meta prevista.

O público participante dos cursos/oficinas: 377 pessoas, sendo: 110 homens, 267 mulheres, 199 das EESs, 122 das EAFs, 53 de órgãos governamentais e 03 outros. As próximas atividades (regionais) previstas: Reunião do Conselho Gestor e Encontro Regional de Articulação.

DEBATE

Julietta: O que agora as 4 universidades podem pensar nesse projeto para o repasse de recursos para começar a efetivar esse ano, até abril, para que haja tempo hábil para o repasse, pois este é um ano eleitoral. É muito importante que seja a Universidade, pois é mais ágil o repasse do recurso. Como somos uma rede federal, e temos interesse em equipar a rede federal.

Margarida informou que ontem a noite recebeu a informação da Tânia da Secad que disse que eles se comprometiam em realizar uma reunião em Brasília com as 4 universidades.

Waldek Batista dos Santos (CEM-Ceilândia/DF) afirmou que vê um comprometimento das pessoas que atuam com a EJA, os ENEJAs e temos que aproveitar este entusiasmo e levar avante sim este projeto e colocar em prática também esta questão financeira. É importante ser alavancado pelas Universidades, mas é importante ter uma coordenação com os Fóruns, ter um cronograma de atividades e que todos os segmentos dos fóruns tenha representatividade nesse grupo. Também é importante consultar o Rio de Janeiro e ver como estão fazendo e colocar a mão na massa.

Leila Maria de Jesus (GTPA-Fórum EJA/DF): soubemos do Ponto de Memória do Ministério da Cultura em parceria com o Ministério da Justiça, e lá em Brasília estão implantando em três lugares (Ceilândia, Itapuã, Paranoá) com resgate da memória viva daquela comunidade. Eles já têm uma metodologia que é interessante conhecer. Outro caminho é o Museu da Pessoa, que é da ONG Achó, e junto à Fundação Banco do Brasil desenvolveram oficinas de resgate de memória da emancipação do DF.

Dinorá (Fórum EJA-GO): existe uma pessoa que é a Nazaré Pedrosa, que tem uma grande contribuição para essa história, atuou na UNE, foi a primeira mulher a compor a coordenação da UNE, era secretária nesse movimento e tem uma memória muito grande, que não tem nenhum registro e seria muito bom ir até ela.

Maria Luiza Angelim (UnB, GTPA/Fórum EJA/DF) nos chama a atenção de que ponto de vista faremos este resgate histórico, enquanto movimento social, que constrói a cara da sociedade brasileira e não para não ficarmos com as histórias de vida (como de Maria Madalena Torres, Nazaré, Lula ou outros...).

Para encerrar a palavra retornou à mesa. Ártemis considerou que foram importantes as chamadas, especialmente quanto a ter um Comitê Gestor para articular o trabalho, junto com as Universidades e os Fóruns e disse: contrapondo-se à Maria Luiza, penso que é importante buscar os personagens sem perder de vista a construção coletiva. Buscar outros departamentos que estão construindo e sistematizando memórias.

Maria Clarisse afirmou que é importante dialogar com os Movimentos que estão fazendo esta história e casar o que está ocorrendo e chegar até a escola, a sala de aula, aos processos pedagógicos e ver o que nos une e não cair nas práticas tradicionais e compensatórias. Claro que é um Projeto de uma Região, com seus antecedentes e configurações específicas, mas é importante buscarmos o que nos une. É importante resgatar a história, os movimentos populares, trabalhar com a contemporaneidade (Educação no Campo, Indígena, ES etc.). Temos de ter essa clareza de que a história não se faz com grandes heróis, mas que se faz por pessoas, em movimentos. E considero que seja importante recuperar a história oral e resgatar a memória que está na oralidade. E será um avanço resgatar o que foi produzido e não está registrado aqui. E até colocar no plural “histórias” e chegar na escola, na sala de aula, no aluno da EJA.

Idinaura reafirmou a vontade de fazer junto e que temos de nos reunir em nossos Estados para darmos andamento ao trabalho.

Margarida agradeceu a paciência, afirmando que nossa intenção é provocá-los, com o olhar que queremos e se queremos fazer para esse ano é até abril, vermos até onde vamos e deixar também para que outros continuem. É importante ter clareza do que queremos em cada estado (Fóruns e construirmos um arranjo junto com a Universidade) e vermos qual será nosso trabalho.

12h – 14h30min

Almoço

14h 30min - 16h

Encaminhamentos para a Articulação das pautas:

❖ Agenda Territorial

Margarida indicou que os Fóruns fariam uma fala inicial sobre o que é a Agenda Territorial que estão sendo provocados a fazer. Leila informou que em dezembro de 2008 o MEC convidou para uma reunião em Natal do que seria uma oficina da Agenda Territorial (foram convidados os representantes dos Fóruns, universidades, conselhos, Uncme, Undime, secretarias de educação estadual e municipais), um espaço de políticas de encaminhamento para a EJA. E 2009 foi esse espaço de montagem e implementação da Agenda e em dezembro houve um novo encontro para se fazer um balanço dos avanços conquistados. Percebemos que alguns estados avançaram muito, enquanto outros estados quase não avançaram. O MEC deixou claro que fará a parceria com as Secretarias de Educação.

Para se estabelecer parcerias com o governo federal, somente será feito mediante o diagnóstico da situação em cada Estado. Inicialmente somente os Estados considerados prioritários (Norte – Amazônia Legal, Nordeste, enfim os Estados com mais de 20% de analfabetismo) receberiam recursos para fazer sua agenda. A Planilha de Ação tem prazo até 28/02/2010 e o Plano Estratégico até 31/03/2010.

Segundo Janaína, os Fóruns Estaduais compreendem ser a Agenda um instrumento constituído pelo Mec, mas os Fóruns participam de sua construção, por compreenderem que é um instrumento que nos fortalece e que funciona como uma forma de buscar a convergência das ações territoriais em EJA e essa forma de diálogo é importante. (por. Ex. os Conselhos Estaduais que têm uma interferência nos municípios). É importante vermos como está a participação das universidades, institutos, inclusive para o desenho e redesenho das Agendas. É um processo ainda “meio incubado”, por ex. em Goiás, temos o desafio de criar, por exemplo, boletins de divulgação, colar as ações da Agenda aos Encontros Estaduais.

É importante termos recursos para a Agenda Territorial. Os Fóruns sentaram com Jorge Teles, a Tânia e não vemos um avanço significativo. E Maria Luisa nos chama a atenção até que ponto algo vai colando e fica, mas outros não. Nem toda indução do MEC às Secretarias de Estado, seja por chamada ou recursos financeiros, até então não foram suficientes para ter um retorno delas.

Não é por acaso que o MEC se reporta ao Estado. As matrículas de EJA até a década de 1970/80 estavam nas mãos dos Estados. Somente com os municípios nas gestões democráticas que vão realizar um outro trabalho. Os municípios agora têm se constituído autonomamente, mas ainda ficam às vezes reféns. Aqui nós temos um privilégio de termos as 4

Seduc, mas isso não é comum por ex. no Nordeste. Nós dos Fóruns vamos usar sim os recursos das Agendas Territoriais, para contribuir com a formação e a articulação da EJA nos municípios, pois ainda não somos tão articulados como queríamos nos Fóruns Regionais.

Hudson fala que as dificuldades são grandes e nas universidades também e temos que lançar mão de formas de nos articularmos. Sendo que os Movimentos sociais se afastaram, vieram meio de ré, não sei se pelo financiamento do Estado ou por outros motivos. Para dialogar com o estado, com os Movimentos Sociais, sem dados é muito difícil. E precisamos garantir o acesso a eles. Estamos envolvidos com dois Projetos de Formação (Campo e Quilombolas) e eles querem sim serem remunerados pelo trabalho que realizam.

No MEC há duas representações na CNAEJA e para organizar a CONFINTEA. A Agenda na verdade é um instrumento de Organização de Trabalho das instituições até para evitar retrabalho. Ela não tem intenção de refinar novas ações. Temos de organizar aquilo que já estamos fazendo.

A Agenda precisa trabalhar de forma a organizar/retomar alguns parceiros e organizar ações, dizendo o que é responsabilidade de cada um. Precisamos ver com que recursos, como? O nosso desafio é que os municípios assumam o Brasil Alfabetizado.

Maria Luiza: no DF a Agenda não é só um Programa de Ações, mas como um rumo a ser seguido no DF em relação à EJA. Este ano é que o Brasil Alfabetizado no DF conta com 38 turmas, que não atingem as 68 mil pessoas não alfabetizadas. O diagnóstico deve ser uma ressonância magnética no campo social, que diga os reais obstáculos e o que deve ser feito, numa perspectiva real. Não é só um censo, mas o Comitê precisa agir de forma séria e, com apoio político, ver o que dão conta de fazer, sem ações isoladas de programas no campo da alfabetização, mas sim de políticas públicas na EJA, bem como os diretores de escolas perceberem que é responsabilidade deles alfabetizar na EJA.

Cremilda aponta que é importante ver que essa realidade não é só do DF, mas de Goiás também e temos de ver se realmente tem continuidade.

Júnior: no DF muitas vezes estão preocupados apenas com o banco de dados, e nunca teve uma política pública de EJA. É também espaço de articulação política e socialização do que vem sendo feito em EJA.

Ana Flávia: não temos de tratar a alfabetização apenas como um programa, mas temos de nos valer deles. Ele é um programa de mobilização que é muito importante para que o aluno venha para a escola e possa ter a continuidade da escolarização. É importante dar suporte aos municípios para que possam entender o que é e como deve ser essa mobilização e assumir a continuidade da escolarização da EJA de forma positiva para estarmos crescendo. No caso de muitos alunos que nunca foram e nunca procurariam a escola, é fundamental o papel do educador popular fazer essa mobilização e esse convencimento do aluno para ir para a escola.

Clássico: o que tem travado muito o nosso trabalho é que temos feito esse trabalho voluntariamente, com amor, com garra e dedicação, mas não dispomos de horário para fazermos tudo e temos dificuldade em realizar tudo e precisamos de brigar por uma questão social, de alfabetização e EJA. Qual o tempo que teremos para dedicarmos a esse respeito?

Janaína: é importante refletir como é que as instituições têm se comprometido com o trabalho do Fórum, da Agenda e como nós temos dado retorno, pois é importante fortalecer as atividades, articular as ações entre elas e dar visibilidade ao que fazemos.

Mad'Ana: para o Proeja se constituir em Política Pública é preciso que se assuma a contratação via concurso público, de professores efetivos para nele atuar e destinar recursos, continuamente, isto sendo inserido na Agenda Territorial.

Rutiléia - No caso da Alfabetização Solidária é importante casar as atividades nos territórios. Saber o que é política emergencial – por ex. o Brasil Alfabetizado – e dar continuidade ao trabalho, sem perder o trabalho já realizado (tanto no caso dos educadores populares que passaram por uma formação e não tiveram continuidade do trabalho realizado, ou com os educandos que foram alfabetizados e querem a continuidade da escolarização).

Margarida: o desenho da Agenda Territorial em alfabetização e EJA não dá para ser apenas com a escolarização, com professores efetivos; é preciso sair da visão muito ligada apenas à escolarização. A Agenda é um espaço para tencionar esses espaços e sair das amarras.

A data seria de 10 a 13/11/2010 em Mato Grosso do Sul. Construção coletiva da programação.

Na reunião de ontem começou a ser pensada uma série de elementos: local do evento, envolver parcerias, espaços alternativos. Os Estados farão sua discussão local e se prepararão para o encontro regional.

❖ **Centro de Documentação e Referência**

Após reunião da equipe de professores coordenadores do projeto, foi definida a seguinte agenda:

1° Elaboração de pré-projeto por instituição até 05/03 e disponibilizar pelos emails para debate;

2° Realizar videoconferência dia 09/03 com as quatro equipes.

3° Agendar reunião no MEC para discutir com Secad e Setec sobre o Projeto.

Foi reafirmado que os projetos serão institucionais e não individuais; com duração mínima prevista de 4 anos; apresentando a previsão geral de custos, mas com detalhamento de capital e custeio para o ano de 2010.

❖ **EJA e UAB**

Quando o governo Lula começou com a expansão do ensino superior foi via Prúni, pelo Reúne e outra pela Universidade Aberta do Brasil – UAB, com 708 cursos no interior do Brasil. A primeira chamada foi em 2007 com UAB I, 2008 com a UAB II, 2009 com a UAB III. A partir de 2008 foram constituídos dois pólos, o DF tem 6 pólos. Goiás tem 27 pólos, MT tem 18 pólos, MS tem 11 pólos, com um total de pólos na região Centro Oeste de 62. Cada pólo o convênio é com a prefeitura que entra com a infra-estrutura, o MEC com os recursos, e entra em contato com as Universidades que assumem os cursos. Curso de Pedagogia onde pensamos ser importante a atuação de EJA para termos uma resposta, temos 3 cursos, mas ainda não dialogamos entre nós para definirmos que curso é esse. Como transformar isso em um processo de mobilização e transformação. A Rede de Educação e Diversidade, por pressão dos movimentos sociais levou a abertura de um edital que resultou em um curso no MS e na UnB em que a UFG participa. Todo o material o aluno consulta no portal e ao longo do curso há uma produção de conhecimento. O professor cursista para entrar montou um projeto de pesquisa e intervenção local, e ao longo do curso se apropriam de alguns conhecimentos (Quilombolas, indígenas, gênero, necessidades educativas especiais, campo, questão ambiental, etc.) e sairá com a possibilidade não apenas de serem certificados, mas de interferir na EJA como pesquisadores. Como visitantes vocês podem acessar o guia de conhecimento, o programa, etc. Sistema UAB – Universidade Berta do Brasil: www.uab.capes.gov.br curso de Especialização Educação na Diversidade e Cidadania – EJA: www.fe.unb.br/eja; livros CTAR (download): www.fe.unb.br. Outro site que colocamos foi freire.mec.gov.br – PNFP em Educação Básica é super recente, com a chamada em nov. de 2009, e a oferta inicial já agrega 76 Universidades do interior. Mato Grosso assumiu a construção de um trabalho tecnológico para formação para/com o Ceará.

Margarida coloca que em 14 anos de UFG, sabia da existência do trabalho em MS e UnB, e desses 14 anos, 10 anos foi de resistência à educação à distância, mas que a Pesquisa Infovias levou a uma mudança de concepção. Na UFG, na gestão atual do professor Edward foi criado o Centro Integrado de Aprendizagem em Rede – CIAR, que tem uma compreensão do espaço da EaD como construção de conhecimento, mas que tem sido atropelado pelo MEC. Na relação da Margarida, a UAB tem 30 pólos em Goiás. Temo muito pelo uso da EJA na EaD e pela UAB, e a carreira dos professores pela UAB. Quando vê a UFG em 3 pólos no interior e em 30 pólos pela EaD, é importante ter atenção e cuidado.

Mad'Ana: acha que esse tema é extremamente polêmico, e precisamos nos debruçar mais sobre esse conceito de educação à distância, especialmente no que se refere à formação inicial. Todos os cursos oferecidos pelo IFG-GO na Plataforma Freire são presenciais.

Marcelo: esclarece que dos 20 pólos em Goiás 14 são apoiados pelo Estado para atingir os municípios. No estudo de demanda que a SEE faz sempre há demanda para o curso de Pedagogia, mas ainda não conseguiu fechar, seja através da UnB ou UFG, cursos para essa área. Há um déficit muito grande de inscritos nessa plataforma. E só a partir de demandas que os cursos ocorrerão.

João: existe curso de medicina à distância, inclusive com cirurgias sendo feitas. Fechamos uma parceria para formação em EJA para o Transarte. Temos de nos preocupar com cursos de qualidade, mas não podemos fechar as portas.

Vânia: a Escola Técnica é pólo de EaD e vem trabalhando com Proeja. E a Escola foi convidada a fazer um Proeja à distância para pais de apenados, mas ainda não fechou o convênio.

Renato Hilário: nós tivemos no curso de EaD a preocupação de evitar o fest food na formação continuada do professor. Em Brasília realizaram a formação continuada de dois mil professores por módulos escritos que recebiam em mãos. Outro curso foi com o Estado do Acre e este curso está em fase de conclusão e os tutores foi a nível de especialização, que acompanharam os professores na formação em nível de Pedagogia. Atualmente estamos realizando o curso de capacitação de professores em EJA, sem o uso de material impresso, mas sendo utilizado tudo no espaço virtual. Foram realizados cursos de formação de professores em EJA pelo Sistema S e que de um dia para a noite os professores passavam a entender de EJA, e essa não é a nossa intenção, pois temos a preocupação com uma formação de qualidade.

Alexandre: discutir esta temática da EaD é uma preocupação da Região de Mato Grosso como um todo para a formação de professores, e o Fórum de EJA estará participando desta discussão.

17h – Encerramento

O encontro foi avaliado positivamente e os presentes reforçaram a importância de ter outros encontros como este para discutirem e socializarem as experiências.

Presenças:

Ademar Plácido da Rosa (FEJA/MS)
Adolfo de Oliveira Mendes (IFG-GO),
Alberto Ribeiro do Carmo (PUC- Goiás),
Alexandre Fagundes Cesário (Fórum EJA-MT/ Coord. Ensino Médio e Técnico - SEE-MT),
Ana Flávia Pereira (SME de Goiânia/GO),
Antonio Marcos Passos de Mattos (prof. Fórum EJA/MT),
Arlene C. A. Clímaco (UFG/GO),
Ártemis Augusta Mota Torres (IE/UFMT),
Celene Barreira (Coord. de Ed. a Distância – SEE GO),
Claitonei de Siqueira Santos (PUC –Goiás),
Claudia Costa Borges (SME/GO),
Cleide Lemes da Silva Cruz (IFB/DF),
Cremilda Martins (SEE-GO),
Cristiane Jorge de Lima Bonfim (professora e Pró-Reitora do IFB/DF),
Diane Valdez (FE/UFG/GO),
Dinorá de C. Gomes (Fórum Goiano de EJA/GO),
Edinaldo Gomes de Sousa (mestrando - UFMT),
Edison Roberto Rodrigues Sales (IFG-GO),
Edna Maria de Jesus Cardoso (mestranda UCG/GO).
Esmeraldina Maria dos Santos (SME de Goiânia, Fórum de EJA/GO),
Francisco Hudson (FE/UFG/GO),
Geovana Reis (FE/UFG/GO),
Geraldo Grossi Junior (Presidente do FNCEE, Conselheiro CEE/MT),
Idinaura Aparecida Marques (UFMS/MS),
Ione Gomes Adriano (IFGoiano/GO),
Jacqueline Maria Barbosa Vitorette (IFG-GO),
Janaina Cristina de Jesus (Fórum Goiano de EJA/ CME/ PUC-Goiás),
Jane da Silva (FEJA/MS),
Jaqueline (estudante de Pedagogia – UFG), Leila (UnB),
João Rocha Dias Filho (CEP/ Ceilândia/DF),
Joelma Bonfim da Cruz Campos (SECTEC-DF),
Joilson Gonçalo Ventura (Fórum EJA/MT, CEE/MT),
Julieta Borges Lemes (SETEC/MEC/DF),

Leila Maria de Jesus (GTPA-Fórum EJA/DF),
Lênin Tomazett Garcia (FE/UFG),
Lidia Mejia (SEDF/DF),
Luciano Matos de Souza (CEM/ SEE/Ceilândia/DF),
Mad' Ana Desirée Ribeiro de Castro (IFG),
Maria Clarisse Vieira (UnB/DF),
Maria Emilia de Castro Rodrigues (FE/UFG)
Maria Joana Durbem (Seduc/MS),
Maria José Pereira de Oliveira (Seduc/MT),
Maria Luiza Angelim (UAB/UnB/DF),
Maria Margarida Machado (FE/UFG),
Maria Teresa Canesin Guimarães (PUC - Goiás),
Miriam Fábila Alves (FE/CIAR/UFG/GO),
Mônica Spinelli (mestranda/UFMT/MT),
Renata Fleury Curado Roriz (IFG/GO),
Renato Hilário dos Reis (UnB/DF),
Roberval Angelo Furtado (SED/MS),
Rosângela Carneiro Góes (Centro de Formação de Economia Solidária/ UFMT/MT),
Rutiléia Arruda de Sá (Economia solidária/GO),
Simone Pires Monteiro (bolsista da FE/UFG/GO),
Vania Leila de Castro Nogueira (CEP/ Ceilândia/DF)
Waldek Batista dos Santos (GTPA/CEM/Ceilândia/DF),
Willian Silva de Paula (Pró-Reitor – IFMT/MT).

Goiânia, 17 de fevereiro de 2010.

Maria Emília de Castro Rodrigues - Relatora